

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Candidatos à PGR se comprometem com pauta corporativa

Incorporação de auxílio-moradia a servidores inativos é consenso entre interessados em sucessão de Janot

Medida teria custo de R\$ 853 mil mensais; votação para formar lista a ser analisada por Temer será nesta terça

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

Enquanto as atenções da população se voltam para suas opiniões a respeito ao combate à corrupção, os candidatos à Procuradoria-Geral da República se comprometem com a ampliação do polêmico auxílio-moradia, em uma tentativa de angariar votos junto aos membros do Ministério Público Federal.

A eleição, nesta terça (27), escolherá três nomes para compor a lista que será apresentada ao presidente Michel Temer para a escolha do substituto de Rodrigo Janot, cujo mandato vence em setembro.

Oito candidatos disputam o voto dos cerca de 1.300 procuradores federais do país.

Entre as propostas administrativas apresentadas aos eleitores, é consenso entre os candidatos a busca por paridade de vencimentos entre servidores ativos e inativos.

Nesse sentido, a proposta principal é incorporar aos salários o auxílio-moradia, que

garante R\$ 4.377 por mês a cada um deles desde 2014, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux garantiu o benefício a todos os membros do Judiciário.

O pagamento é feito mesmo se o procurador mora em casa própria, o que vem sendo questionado por ação que aponta um “nítido caráter remuneratório”.

Esse é justamente o argumento usado pelos procuradores para estender o benefício. “O auxílio-moradia perdeu a natureza indenizatória, passando a ser uma parcela remuneratória, uma vez que está sendo concedido em caráter geral”, justifica a candidata à PGR Sandra Cureau.

De maneiras diferentes, o tema é citado nas propostas oficiais de quatro candidatos —Carlos Frederico dos Santos, Ela Wiecko, Mario Bonsaglia e Raquel Dodge.

Bonsaglia, por exemplo, já afirmou que “a paridade remuneratória, de direito e de fato, entre ativos e inativos, (...) merece especial atenção”.

Em debate no Rio na semana passada, outros três defenderam a concessão aos aposentados. Nicolao Dino, por exemplo, diz que a perda salarial após a aposentadoria é “grave disparidade” e prometeu “instituir mecanismos pa-

ra trazer o auxílio-moradia para dentro da remuneração”.

“O desnível salarial entre ativos e inativos dá mais ou menos R\$ 10 mil por mês. Não é justo que, depois de 40 anos de contribuição, se perca esse benefício”, argumenta Eitel Santiago. Questionado se não via privilégios com relação a outras carreiras, disse que “algumas têm que ganhar mais do que as outras”.

Os candidatos tiveram em maio salário líquido entre R\$ 22.654,94 (Dino) e R\$ 26.473,14 (Franklin da Costa). A esse valor, são somados R\$ 884 de auxílio alimentação e R\$ 4.377,13 do auxílio moradia —Cureau é a única que não recebe o benefício, pois reside em imóvel funcional.

Em maio, o MPF tinha 195 inativos, com remuneração líquida média de R\$ 24.743. Se o auxílio-moradia for incorporado, o custo adicional com esses aposentados seria de R\$ 853 mil por mês.

O benefício concedido a integrantes do MPF custa aos cofres públicos cerca de R\$ 54 milhões por ano, de acordo com a ONG Contas Abertas.

Os candidatos, porém, reconhecem limitações para ampliar os gastos, principalmente após a aprovação da emenda constitucional do teto para os gastos públicos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 JUN 2017

CONHEÇA OS CANDIDATOS

Quem concorre à chefia da Procuradoria-Geral da República



Ela Wiecko



Franklin da Costa



Mario Lutz Bonraglia



Raquel Dodge

Ingresso no MPF

1975

1989

1991

1987

Quem é

É subprocuradora-geral da República e docente na UnB. Atua no STF em matéria cível. Deixou de ser vice de Janot após participar de protesto anti-impeachment

É subprocurador-geral da República, tendo sido procurador dos direitos do cidadão e eleitoral e professor na UnB. É tido como "outsider"

É subprocurador-geral com atuação criminal no STJ e vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público. Em 2015, ficou em 2º lugar na lista tríplice

É subprocuradora-geral com atuação no STJ na área criminal e é ligada a temas relacionados ao consumidor. Faz oposição a Janot e, em 2015, ficou em 3º na lista tríplice



Sandra Cureau



Carlos Frederico Santos



Eitel Santiago Pereira



Nicolao Dino

Ingresso no MPF

1976

1991

1984

1991

Quem é

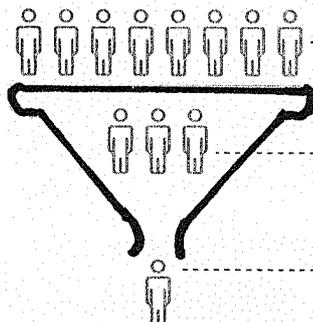
É subprocuradora-geral e já foi vice-procuradora-geral e vice-procuradora-geral eleitoral com atuação perante o STF e o TSE. Declara-se de oposição a Janot

É subprocurador-geral com atuação na área criminal no STJ e membro do Conselho Superior do MPF. Concorreu em 2015, quando fez oposição a Janot

É subprocurador-geral, atua no STJ e leciona direito da UFPB. Concorreu pela última vez em 2009 e é mais conhecido entre os procuradores mais antigos

É subprocurador-geral, vice-procurador-geral eleitoral e professor na UnB. Mais próximo de Janot, pediu cassação da chapa Dilma-Temer no TSE

COMO É A ELEIÇÃO



1 A Associação Nacional dos Procuradores da República promove uma votação, na próxima terça (27)

2 Entrega ao presidente uma lista com três nomes, por ordem de votos

3 Pela Constituição, o presidente Michel Temer pode indicar qualquer procurador da carreira. Porém, desde 2003, o primeiro da lista tem sido escolhido



Não há prazo para Temer fazer a indicação. Antes da nomeação, há sabatina no Senado

FOLHA DE S. PAULO

Desconfie de quem sonha com 'democracia de juiz', diz Gilmar

27 JUN 2017

DE SÃO PAULO.—O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes criticou nesta segunda (26) o que chamou de possibilidade de haver uma “república de juizes e promotores” no Brasil. Segundo o ministro, “não há salvação fora da política”.

Em palestra em São Paulo, Gilmar disse que o país deve escapar de “aventuras que podem levar a operações tenebrosas”, citando a ditadura militar.

Ele lembrou que políticos reconstruíram a democracia e que, agora, são eles que devem aperfeiçoá-la. “Alguém pode imaginar que pode agora ter uma república de promotores ou de juizes, temo que ficarão também decepcionados com o resultado”, afirmou.

“Até como gestores nós, juizes e promotores, não somos muito bons”, afirmou. Dois juizes célebres pontuaram bem na mais recente pesquisa Datafolha sobre cenários para a eleição presidencial de 2018: Joaquim Barbosa, com 11%, e Sergio Moro, com 14%.

Mais cedo, em outro evento em São Paulo, o também ministro do STF Luís Roberto Barroso saiu em defesa do Ministério Público e da atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Barroso e Gilmar têm discordado publicamente sobre o tema.

Barroso disse que a atuação de promotores e procuradores não reflete um Estado de abuso, mas sim de um Estado que começa a se democratizar. “É o Estado democrático de Direito contra uma república de bananas que sempre varreu a sujeira para debaixo do tapete.”

Ele afirmou que ninguém deseja um Estado policial, mas sim um Estado legal, com direito à defesa e proporcionalidade na atuação do Estado. “Um Estado que pune não é um Estado policial”, disse. “Não estávamos acostumados a um direito penal igualitário. Agora passamos a ver a lei ser aplicada a todos, pobres e ricos.”

PAINEL

Visitas à Folha Gilmar Mendes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), visitou a **Folha** nesta segunda-feira (26), onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Giselly Siqueira, chefe da assessoria de comunicação do TSE.

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Janot denuncia Temer sob acusação de corrupção

Procurador diz que presidente recebeu R\$ 500 mil
por meio de ex-assessor

Denúncia precisa ser autorizada por 342 deputados para que vire processo contra Temer, que seria afastado

**CAMILA MATTOSO
LETÍCIA CASADO
REYNALDO TUROLLO JR.
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA**

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer e seu ex-assessor Rodrigo da Rocha Loures ao Supremo Tribunal Federal, nesta segunda (26), sob acusação de corrupção passiva.

Segundo Janot, Temer “recebeu para si”, por meio de Loures, a “vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada” por Joesley Batista, sócio da JBS, e entregue numa mala ao ex-assessor.

De acordo o procurador, o presidente recebeu os recursos “entre os meses de março a abril de 2017, com vontade livre e consciente” e “valendo-se de sua condição de chefe do Poder Executivo e liderança política nacional”.

A PGR diz ainda que, “além do efetivo recebimento do montante espúrio mencionado”, Temer e Loures “em comunhão de esforços e unidade de desígnios, com vontade livre e consciente, ainda aceitaram a promessa de vantagem indevida no montante de R\$ 38 milhões”.

A partir de agora, o ministro Edson Fachin, relator no STF, deve decidir quando enviará a denúncia à Câmara, que precisa dar o aval para o Supremo decidir se abre ou não um processo contra o presidente. Para a autorização ser aprovada, são necessários os votos de pelo menos 342 deputados.

Se a ação penal for aberta, Temer se transforma em réu no Supremo, podendo então ser condenado ou absolvido ao seu final. A pena por corrupção passiva vai de 2 a 12 anos de prisão. O presidente tem negado as acusações.

Ele ficaria afastado por até 180 dias para ser julgado.

Janot diz que Joesley Batista e Ricardo Saud, da JBS, não são alvo da denúncia em razão do acordo de delação premiada homologado pelo STF.

A denúncia por corrupção é baseada nas tratativas de Loures para receber os recursos da JBS e favorecer a empresa no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Segundo a PGR, houve “intervenção ilícita” dos denunciados para ajudar o frigorífico no órgão do governo. O procurador-geral afirma que “não há dúvida, portanto, de que o delito perpetrado pelos imputados Michel Temer e Rodrigo Loures, em comunhão de ação e unidade de desígnios, causou abalo moral à coletividade”.

“Os crimes praticados à sorrelfa, valendo-se de seus mandatos eletivos, possuem alto grau de reprovabilidade”, diz Janot.

Temer e Loures, ressalta o procurador, “desvirtuaram as importantes funções públicas que exercem, visando, apenas, ao atendimento de seus interesses escusos”. A procuradoria pede que o presidente seja condenado a pagar R\$ 10 milhões por danos morais ao país, e Loures, R\$ 2 milhões.

OBSTRUÇÃO

A PGR deve se debruçar ainda sobre uma possível denúncia por obstrução de justiça contra o presidente. Isso porque relatório da Polícia Federal, entregue ao STF também nesta segunda, afirma que o presidente atuou para embarçar investigações.

O documento diz ainda que Temer “deixou de comunicar as autoridades sobre suposta corrupção de membros do Judiciário e do Ministério Público”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 JUN 2017

Os delegados entenderam com base na gravação feita por Joesley Batista no Palácio do Jaburu que a “única interpretação possível” é de que o presidente incentivou a continuação de pagamentos para Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ex-presidente da Câmara, no sentido de que ele ficasse em silêncio —o ex-deputado está preso no Paraná desde outubro de 2016.

Sobre Temer, a PF afirma ele atuou “por embarçar investigação de infração penal praticada por organização criminosa, na medida em que incentivou a manutenção de pagamentos ilegítimos a Eduardo Cunha, pelo empresário Joesley Batista, ao tempo que deixou de comunicar autoridades competentes de suposta corrupção da Magistratura Federal e do Ministério Público que lhe fora narrado pelo mesmo empresário”.

O procurador-geral afirmou que, na conversa, Temer ouviu de Joesley que o ex-presidente da Câmara estava sendo pago para não falar nada e sobre o assunto respondeu: “tem que manter isso, viu?”, o que seria um aval.

Após a fala de Temer, Batista afirmou: “Todo mês”, o que indica, segundo o empresário afirmou em seu acordo de delação fechada com a PGR, acertos em dinheiro.

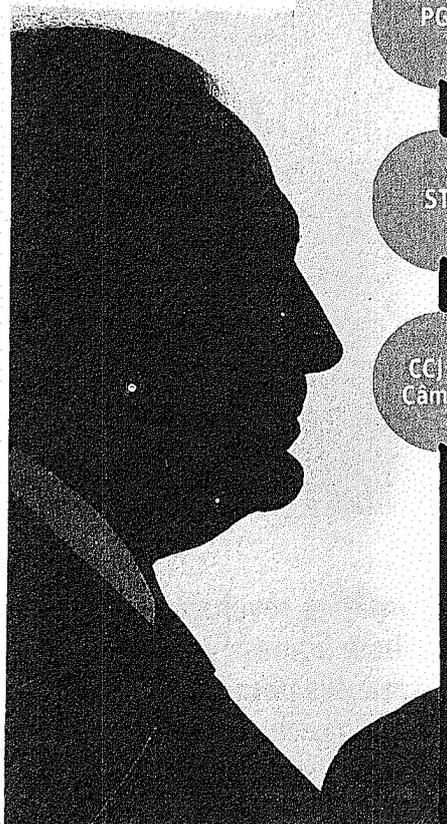
O relatório da polícia também seguiu na mesma linha, com a interpretação de que o diálogo significou o incentivo da compra do silêncio.

O CAMINHO DA DENÚNCIA

Como funciona uma ação contra o presidente da República

TRÂMITE DO PROCESSO
Em caso de crime comum

Caso Temer seja denunciado na investigação referente ao caso JBS



PGR

Procuradoria-Geral da República encaminha denúncia ao STF

STF

STF pede autorização da Câmara dos Deputados, para julgar a eventual abertura de um processo

CCJ da
Câmara

Tramitação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara

- A solicitação para instauração de processo é enviada pelo presidente da Câmara para a comissão
- A defesa do presidente tem até dez sessões para se manifestar. Para acelerar o processo, o presidente pretende finalizar o processo na terceira sessão
- Após manifestação da defesa, a CCJ tem cinco sessões para dar parecer sobre a denúncia. Temer tenta emplacar um nome como relator que apresente o parecer até a quarta sessão
- Após a leitura, o parecer é enviado para discussão e votação nominal no plenário da Câmara. O governo atua para que a votação seja feita no dia seguinte à leitura

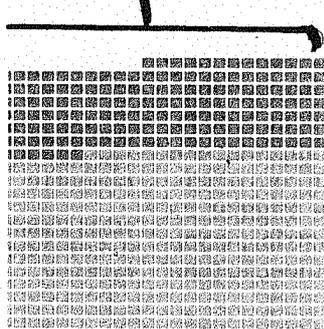
CONTINUA

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Total: 513 deputados



342

são necessários para autorizar o início de uma ação penal

O PRESIDENTE FICA AFASTADO DO CARGO
Até a conclusão do processo, ele não pode ser preso



O parecer da CCJ passará por discussão e votação nominal no plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovado por pelo menos 2/3 dos deputados, a decisão é comunicada ao STF

Caso a Câmara autorize a abertura do processo, o plenário do STF ainda precisa decidir se aceita denúncia

Se a denúncia for aceita pelo STF, o presidente ficará suspenso de suas funções por até 180 dias

Se, decorrido o prazo de 180 dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do presidente

O processo segue com o presidente no cargo

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Há dúvida sobre ritos a serem seguidos no STF

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

O ineditismo de uma denúncia contra um presidente acusado de crimes comuns tem causado dúvidas sobre os ritos a serem seguidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Relator do caso na corte, o ministro Edson Fachin deverá publicar um despacho com os procedimentos que irá adotar.

A Constituição prevê que a Procuradoria-Geral da República ofereça a denúncia ao STF, que precisa enviá-la à Câmara.

Somente com autorização prévia de dois terços dos deputados (342 parlamentares) a denúncia volta ao STF para que o plenário julgue o seu recebimento. Se for aceita, o presidente torna-se réu e é afastado por 180 dias.

A principal dúvida no caso de Michel Temer é em qual momento deve-se abrir prazo para a primeira manifestação da defesa. Em geral, em ações penais que não envolvem o presidente, o Supremo abre prazo para o acusado apresentar uma defesa prévia.

No caso de Temer, Fachin

tem de decidir se dá prazo para manifestação da defesa antes de enviá-la à Câmara ou depois. A Constituição não deixa claro o que deve ser feito.

A questão é importante porque, se Temer não precisar apresentar sua defesa ao Supremo agora e os deputados decidirem barrar a continuidade do processo, ele ficará sem responder tecnicamente as acusações.

O STF é o responsável por fazer o juízo técnico e jurídico do caso, enquanto o juízo da Câmara é político.

Pelo regimento interno da Câmara, o presidente da Casa notificará o acusado e, então, sua defesa terá um prazo de dez sessões da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para se manifestar.

Segundo a **Folha** apurou, alguns procuradores consideram mais adequado que o STF ouça o presidente antes de enviar a denúncia à Câmara. Por outro lado, Fachin ouviu de colegas que não deveria pedir defesa prévia já "para não tumultuar" o ambiente.

Outra dúvida é se Fachin deve enviar ele mesmo a denúncia ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ou se o fará por meio da presidente da corte, a ministra Cármen Lúcia. (LETÍCIA CASADO, REYNALDO TUROLLO JR. E FLÁVIO FERREIRA)

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Avião interceptado com cocaína decolou de fazenda ligada a Maggi

Foram apreendidos 500 kg da droga, de acordo com nota da FAB

ANGELA BOLDRINI
DE BRASÍLIA

Uma aeronave com 500 kg de cocaína interceptada em Goiás neste domingo (25) decolou de uma fazenda no Mato Grosso ligada ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

A informação é da FAB (Força Aérea Brasileira), que emitiu nota da apreensão.

Segundo o comunicado, o avião decolou da fazenda Itamarati Norte, em Campo Novo do Parecis (MT), com destino a Santo Antonio Leverger (MT). A Itamarati Norte é arrendada pelo Grupo Amaggi, da família do ministro.

Nesta segunda (26), a FAB divulgou nova nota onde afirma que os dados foram fornecidos pelo piloto do avião e que a localização exata da decolagem será apurada.

O avião foi interceptado por volta das 13h. Após ser orientado a pousar na região de Aragarças (GO), o bimotor matrícula PT-IIIJ arremeteu.

“O A-29 da FAB executou o tiro de aviso —uma medida de persuasão para forçar o piloto da aeronave interceptada a cumprir as determinações da defesa aérea— e voltou a comandar o pouso obrigatório”, afirma a nota.

O bimotor pousou na região de Jussara (GO) e foi encontrado por um helicóptero da Polícia Militar. A droga apreendida será levada à Polícia Federal em Goiânia.

A interceptação ocorreu no âmbito da Operação Ostium, que tem como objetivo reforçar a vigilância do espaço aéreo na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai contra o narcotráfico.

Em nota, a Amaggi afirmou que “aguarda o desenrolar das investigações sobre a propriedade da aeronave e as circunstâncias exatas em que ela teria pousado na Fazenda Itamarati e decolado a partir de uma de suas pistas”.

De acordo com a empresa, a parte da fazenda arrendada pela empresa possui 11 pistas, localizadas em pontos esparsos de 54,3 mil hectares, sem vigilância permanente.

Numa rede social, Maggi disse que está “acompanhando as investigações da FAB sobre o local de decolagem da aeronave. Quando confirmado, informo.”

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Palocci é condenado pela Lava Jato a 12 anos de prisão

Preso desde setembro, ex-ministro foi acusado de beneficiar a Odebrecht

Para juiz, fala de petista durante depoimento sobre 'disposição' em colaborar soou como 'ameaça para terceiros'

Um dos nomes fortes dos governos do PT, o ex-ministro Antonio Palocci foi condenado nesta segunda-feira (26), em decisão do juiz Sergio Moro, a 12 anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, em contratos com a Odebrecht para a construção de sondas do pré-sal.

Preso desde setembro de 2016, Palocci negocia um acordo de delação premiada, ainda em andamento. Nessa ação, foi acusado de ter interferido para favorecer a Odebrecht em uma licitação de 21 sondas da Petrobras.

Segundo a sentença, o ex-ministro movimentou e ocultou US\$ 10,2 milhões, por meio de offshores no exterior, de uma "conta de propinas" do PT para cobrir custos de campanhas do partido.

O dinheiro, diz a sentença, foi usado para "remunerar, sem registro" as campanhas dirigidas pelos marqueteiros João Santana e Mônica Moura e "fraudar sucessivas eleições no Brasil, contaminando-as com recursos provenientes de corrupção".

Palocci é descrito como o "principal administrador da

conta-corrente geral de propinas" entre a Odebrecht e o PT. Segundo delatores da empreiteira, ele era identificado pelo apelido de "Italiano" e tinha uma planilha de propinas solicitadas a seu pedido. De acordo com a acusação, foram acertados, no total, cerca de R\$ 200 milhões em subornos, com um "saldo" de R\$ 130 milhões ainda a serem pagos.

"O condenado agiu enquanto ministro-chefe da Casa Civil, um dos cargos mais importantes e elevados na administração pública federal. A responsabilidade de um ministro de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes", afirma Moro, na decisão.

Na sentença, o juiz ainda retomou um argumento que abordou em evento nos Estados Unidos, em abril: a prática de caixa dois eleitoral, abastecido com recursos ilícitos, é pior do que a corrupção que visa apenas ao enriquecimento pessoal de um agente público.

"Talvez seja esse, mais do que o enriquecimento ilícito dos agentes públicos, o elemento mais reprovável do esquema criminoso da Petrobras: a contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático."

As provas da ação tratam dos pleitos municipal de 2008 e presidencial de 2010. A decisão também cita subornos nas eleições em El Salvador (2008) e no Peru (2011).

TRAJETÓRIA

Eleito pela primeira vez em 1988, como vereador em Ribeirão Preto, Palocci foi deputado estadual, deputado federal e prefeito de Ribeirão.

No governo Lula, comandou a pasta da Fazenda por três anos e foi um dos coordenadores da campanha vitoriosa de Dilma Rousseff à Presidência, em 2010, de quem foi ministro da Casa Civil.

Nas palavras de Moro, Palocci é um "homem poderoso", com "conexões com pessoas igualmente poderosas" capazes de influenciar o andamento do processo.

Em maio, o petista prestou depoimento a Moro, quando negou que tenha solicitado caixa dois à Odebrecht ou que tenha favorecido a empresa em troca de recursos ilícitos.

Na ocasião, disse que estava à disposição para apresentar "nomes, endereços e operações realizadas" de "interesse da Lava Jato".

CONTINUA

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O juiz se manifestou sobre o episódio na sentença e escreveu que as falas de Palocci, de que “teria muito a contribuir”, “soaram mais como uma ameaça para que terceiros o auxiliem indevidamente para a revogação da [prisão] preventiva, do que propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça”.

ABSOLVIÇÕES

Na sentença, Moro absolveu Branislav Kontic, assistente do petista, e Rogério Araújo, executivo da Odebrecht —nos dois casos, por falta de provas.

A lista de condenações, porém, é maior, e inclui Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira; o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura; o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto; e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque. (ESTELITA HASS CARAZZAI E GABRIELA SÁ PESSOA)

CONTINUA

27 JUN 2017



CRIMES CONDENADOS



Corrupção passiva



Lavagem de dinheiro

MAIS SENTENÇAS

Palocci ainda é réu em outra ação na Lava Jato, sob acusação de corrupção e

lavagem na compra de um prédio para o Instituto Lula. Ela ainda está na instrução

A CONDENAÇÃO DE PALOCCI

Entenda a sentença contra o ex-ministro na Lava Jato

O QUE DIZ A ACUSAÇÃO

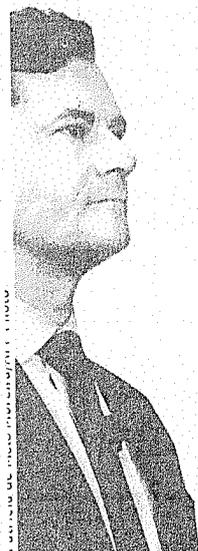
1 Palocci solicitou e coordenou o pagamento de R\$ 128 milhões em propina ao PT pela Odebrecht

2 O ex-ministro era identificado como "Italiano" em planilhas da empreiteira

3 Os recursos tinham origem em contratos da Odebrecht com a Petrobras

4 Parte dos valores foi destinada aos marqueteiros João Santana e Mônica Moura, por serviços na campanha de 2010

O QUE AFIRMOU MORO



“ A responsabilidade de um ministro de Estado é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes

“ [A propina foi usada] para fraudar sucessivas eleições no Brasil, contaminando-as com recursos provenientes de corrupção

“ [Lavar dinheiro ilícito em campanhas levou à] contaminação da esfera política pela influência do crime, com prejuízos ao processo político democrático

QUEM MAIS FOI CONDENADO

Marcelo Odebrecht	12 anos, 2 meses e 20 dias*
João Santana	7 anos e 6 meses*
Mônica Moura	7 anos e 6 meses*
João Vaccari Neto	4 anos 6 meses
Renato Duque	5 anos 4 meses
Fernando Migliaccio	7 anos e 6 meses*
Hilberto Mascarenhas da Silva	7 anos e 6 meses*
Luiz Eduardo da Rocha Soares	7 anos e 6 meses*
Olívio Rodrigues	7 anos e 6 meses*
Marcelo Rodrigues	7 anos e 6 meses*
João Carlos de Medeiros Ferraz	6 anos*
Eduardo Musa	5 anos e 4 meses*

ABSOLVIDOS

Branislav Kotic	ex-assessor de Palocci
Rogério Araújo	executivo da Odebrecht

*Por serem delatores, tiveram as penas substituídas pelas estabelecidas nos acordos de colaboração

Fonte: Justiça Federal do Paraná

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

27 JUN 2017

Advogado de ex-ministro diz que vai recorrer

A defesa de Antonio Palocci informou que irá recorrer da sentença, e argumenta que o ex-ministro não interferiu para favorecer a Odebrecht.

“Não houve determinação direta ou intervenção do ex-ministro na licitação das sondas”, afirmou à **Folha** o advogado Alessandro Silvério, que defendeu Palocci no caso.

Para o advogado, como não interferiu, o petista não tem como ser condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, que seriam inexistentes.

A defesa argumenta que havia “política de governo” para incentivar empresas nacionais a participarem das licitações do pré-sal, mas isso não significa que houve atos de corrupção a favor a Odebrecht.

“Se a atividade política está sendo considerada criminosa, essa é uma interpretação muito particular”, disse.

Os defensores de João Santana e Mônica Moura, condenados por lavagem de dinheiro, afirmaram que os recursos foram recebidos “em decorrência de serviços de marketing efetivamente prestados”. Delatores, eles cumprirão as penas previstas no acordo.

Já a defesa do ex-tesoureiro João Vaccari Neto disse que a decisão é “baseada exclusivamente em palavra de delator”. Para o advogado Luiz Flávio Borges D’Urso, a condenação é injusta.

A Odebrecht, em nota, reafirmou o compromisso de colaborar com a Justiça.

27 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

Promotoria recorrerá contra prisão domiciliar

DE SÃO PAULO - O Ministério Público de São Paulo irá recorrer da decisão judicial que concedeu prisão domiciliar ao ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de pacientes.

Além de contestar a decisão, o promotor Luiz Marcelo Negri de Oliveira Mattos, responsável pelo caso, irá apresentar um mandado de segurança para Abdelmassih voltar a cumprir pena na cadeia. O ex-médico teve a prisão domiciliar concedida na quarta (21).

PAINEL

Para a plateia O presidente da OAB, Cláudio Lamachia, cobra que o procurador Deltan Dallagnol apresente os nomes dos que o contrataram para palestras. "A sociedade tem o direito de saber quem são e quanto ele recebe por elas. O princípio da transparência vale para todos."

DELATOR VENDE TUDO

Alberto Youssef está tentando vender relógios Rolex que comprou antes de ser preso e condenado na Operação Lava Jato. Eles foram apreendidos na época das investigações e devolvidos ao doleiro depois que ele cumpriu a pena.

BRILHANTE

Youssef tem um Rolex Submariner, por exemplo, que pode ser encontrado na internet por preços que variam de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil. Ele usou o modelo numa audiência recente comandada pelo juiz Sergio Moro. Não passou despercebido.

NA PISTA

Uma das peças mais valiosas de Youssef é um Rolex Hublot Ayrton Senna. Ele faz parte de edição limitada lançada com o nome do piloto. Os modelos mais baratos custam cerca de R\$ 30 mil. Mas alguns são vendidos por até R\$ 300 mil.

ACELERA, TEMER

Há setores da base do governo que defendem a indicação imediata do novo procurador-geral da República, assim que saírem os resultados da votação da lista triplíce de categoria. O presidente Michel Temer pode escolher, entre os três mais votados, aquele que assumirá o comando do Ministério Público Federal no lugar de Rodrigo Janot a partir de setembro.

TEMER 2

A indicação rápida teria o condão de dividir a PGR, esvaziando os poderes de Janot diante do novo escolhido —que precisaria ter seu nome confirmado pelo Senado.

TEMER 3

Há ainda a possibilidade, remota, de Temer ignorar a lista triplíce e indicar outro nome para a PGR.

ACELERA, JANOT

Advogados que negociam acordos de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato acreditam que procuradores passaram a acelerar as conversas diante da proximidade de troca de comando na PGR. Eles teriam o temor de que o novo comandante da instituição não dê à operação o apoio irrestrito conferido por Janot.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

O desafio de Gleisi

27 JUN 2017

BRASÍLIA—A nova presidente do PT subiu o tom de desafio ao juiz Sergio Moro. Em nota à imprensa, Gleisi Hoffmann afirmou que o partido “não aceitará” uma condenação do ex-presidente Lula no caso do triplex.

“Nossa militância segue atenta e mobilizada para, junto com outros setores da sociedade brasileira, dar a resposta adequada para qualquer sentença que não seja a absolvição completa e irrestrita de Lula”, disse.

A senadora se formou em direito e sabe que a resposta adequada a uma sentença judicial é recorrer à instância superior. Como a militância petista não se resume a jurisconsultos, ficou no ar que tipo de recado ela quis passar ao juiz da Lava Jato.

Ao assumir a direção do PT, Gleisi deu um cala-boca nos aliados que cobravam uma autocrítica da sigla. “Não somos organização religiosa”, disse. “Não vamos ficar enumerando os erros para que a burguesia e a direita explorem nossa imagem.”

A burguesia e a direita não deviam esperar muita coisa da senadora, mas os setores da esquerda que não se meteram em escândalos de corrupção ganharam mais um estímulo para desistir do partido.

Gleisi divulgou a nota no dia em que Moro condenou o petista Antonio Palocci a 12 anos de prisão. Ela não dedicou uma única linha ao ex-ministro. A exemplo de Lula, a senadora é ré na Lava Jato. Em setembro, a segunda turma do STF aceitou a denúncia contra ela por unanimidade.

Depois de confundir reais com cruzeiros, Michel Temer chamou empresários russos de “soviéticos”. A URSS acabou em 1991, e o presidente do Brasil lembra cada vez mais a personagem do filme “Adeus, Lenin!” que entrou em coma e não ficou sabendo do fim da Guerra Fria.

A propósito: há nove meses, Temer disse que não tinha “a menor preocupação” com a Lava Jato. Ele acaba de se tornar o primeiro presidente a ser denunciado, no exercício do cargo, sob acusação de corrupção.

27 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça ouve testemunhas lesadas pela Iguaçu

Construtora prejudicou 72 consumidores que adquiriram condomínio não entregue na zona norte de Londrina

Guilherme Marconi
Reportagem Local

Vinte das 72 vítimas da fraude da Construtora Iguaçu do Brasil foram ouvidas pelo juiz Paulo Cesar Roldão, da 5ª vara criminal de Londrina, nesta segunda-feira (26). São consumidores lesados na compra do Condomínio Imperial Catuaí, que foi comercializado na zona norte de Londrina. Este é apenas um dos 12 casos desmembrados pela justiça na esfera criminal para apurar responsabilidade dos réus no esquema criminoso que deu calote em centenas de clientes.

Nesta ação, o Ministério Público acusa o dono da empresa e ex-prefeito de Mandaguari, Carlos Alberto Campos de Oliveira, e outros 10 réus pelo crime de estelionato. De acordo com Roldão, as vítimas foram ouvidas para saber qual o envolvimento dos réus na negociação da compra do imóvel que nunca chegou a ser entregue. “Na terça-feira (27) vamos ouvir as demais vítimas e na quarta-feira (21) os 4 réus que residem em Londrina, já que os demais serão ouvidos em outras comarcas”, adiantou.

De acordo com o promotor do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Jorge Barreto, as testemunhas já foram ouvidas em outros processos e as provas também foram aproveitadas. “Neste caso, a denúncia é exclusivamente por estelionato, já que a empresa obteve vantagem indevida e enganou as vítimas e ficou claro que não tinha intenção de entregar as casas adquiridas”. Segundo ele, em outros processos os réus são acusados de mais crimes, inclusive de associação criminosa.

MOROSIDADE

Entre as vítimas ouvidas ontem pelo juiz estava o gerente de loja Leandro Kaefer, que vendeu um apartamento no valor de R\$ 100 mil para dar entrada no condomínio da zona norte, comercializado pela construtora. “Era tudo o que a gente tinha à época, até hoje moro de aluguel e tenho carro financiado, nunca recuperamos o dinheiro empenhado, espero que os responsáveis sejam condenados e presos”, disse. O vendedor Herbert Tramontini ressaltou que o processo anda de forma lenta: “Nos últimos cinco anos, essa é a primeira vez que sou chamado para ser ouvido, me traz um pouco de ânimo, mas

o que mais queremos é que a justiça seja feita, e nosso dinheiro, devolvido”.

O promotor salientou que a resposta aos consumidores lesados é lenta porque são muitos fatos criminosos, vítimas e réus. “É lógico que a demora não interessa ao Ministério Público nem ao juízo, mas a nossa esperança é que a sentença criminal seja proferida até o fim do ano.” Sobre o ressarcimento às vítimas, Barreto revelou que a justiça não conseguiu restituir os consumidores - apesar de algumas sentenças favoráveis - por dificuldade de encontrar patrimônio nos nomes da Iguaçu e dos acusados.

A Iguaçu do Brasil é acusada de não quitar os terrenos comprados; não cumprir prazos; e de não ter alvará do município para execução das obras. Ao todo cerca de 600 consumidores foram lesados em todos os casos, um prejuízo estimado de R\$ 77 milhões. Os réus não estavam presentes na audiência de ontem, já advogados de defesa presentes não quiseram dar entrevista. Ricardo Oliveira, que defende Carlos Alberto Campos, informou que irá apenas se manifestar nos autos do processo.

27 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Audiências da Publicano 2

envolvem mais de 200 testemunhas

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, marcou para dezembro o início das audiências do maior dos processos decorrentes da Operação Publicano – o referente à segunda fase – que tem 125 réus, sendo 56 auditores da Receita Estadual do Paraná, e no qual o MP (Ministério Público) narra 124 fatos criminosos, incluindo organização criminosa e corrupção. Conforme a decisão do último dia 19, serão ouvidas 207 testemunhas (17 de acusação e 190 de defesa) entre 1º e 15 de dezembro.

Com 1.126 páginas, a decisão de Nanuncio afastou praticamente todas as preliminares apresentadas por 112 réus. Os réus apontaram supostas nulidades em interceptações telefônicas e no uso de agente infiltrado e em acordos de delação premiada; sustentaram que em muitos casos as acusações não individualizam as condutas do acusados ou que

a denúncia não tem justa causa; alegaram incompetência do juízo; e vários fizeram requerimento de absolvição sumária.

Deflagrada em 10 de junho de 2015, a Publicano 2 envolve o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), que, segundo o MP, seria o “líder político” do esquema; o auditor Márcio de Albuquerque Lima – já condenado a 96 anos de prisão na Publicano 1 – é acusado de exercer a liderança da organização entre os auditores. Abi, já condenado por organização criminosa e fraude em licitação no processo decorrente da Operação Volde-mort a 13 anos de prisão, na Publicano é acusado também de ter exigido (e recebido) propina de duas empresas, que, em troca, não teriam sido fiscalizadas e tampouco autuadas por irregularidades tributárias.

Ricardo Chicarelli/06-02-2017



● *Diferentemente da escuta telefônica e das gravações clandestinas, estas são autorizadas judicialmente para a violação do sigilo das comunicações telefônicas*

● *O montante arrecadado teria sido destinado à campanha de reeleição de Beto Richa, em 2014, fato negado pelo governador e pelo PSDB*

FOLHA Política

27 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

MP irá recorrer no caso Abdelmassih

São Paulo - O Ministério Público de São Paulo irá recorrer da decisão judicial que concedeu prisão domiciliar ao ex-médico Roger Abdelmassih. Além de contestar a decisão, o promotor Luiz Marcelo Negrini de Oliveira Mattos, responsável pelo caso, irá apresentar um mandado de segurança para Abdelmassih voltar a cumprir pena na cadeia.

Condenado a 181 anos de prisão por abusar sexualmente de pacientes, o ex-médico teve a prisão domiciliar concedida pela juíza da 1ª Vara de Execuções Criminais de Taubaté, Sueli Zeraik Oliveira Armani, na última quarta (21). Na decisão, a juíza atribuiu a progressão da pena à falta de condições do presídio em oferecer tratamento médico ao preso, que sofre de cardiopatia grave.

Abdelmassih chegou a ser considerado um dos principais especialistas em reprodução assistida do País, antes de ser acusado por dezenas de pacientes por abuso sexual. O primeiro caso foi denunciado à Promotoria em 2008. Abdelmassih ficou foragido por três anos até ser localizado em 2014 no Paraguai, de onde foi deportado. A cassação definitiva do registro profissional ocorreu em 2011. Ele cumpria pena no presídio em Tremembé desde agosto de 2014.

27 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Janot denuncia Temer ao STF por corrupção passiva

Denúncia se baseia na delação da JBS que acusa o presidente e seu assessor Rodrigo Rocha Loures de aceitar promessa de propina de R\$ 38 milhões

Cabe agora ao ministro Edson Fachin enviar a denúncia à Câmara dos Deputados, que precisará dar aval para que o STF decida se abre ou não processo contra Michel Temer

Leticia Casado e
Camila Mattoso
Folhapress

Brasília - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Michel Temer ao STF (Supremo Tribunal Federal), nessa segunda-feira (26), sob acusação de corrupção passiva. Segundo Janot, "entre os meses de março a abril de 2017, com vontade livre e consciente, o Presidente da República Michel Miguel Temer Lulia, valendo-se de sua condição de chefe do Poder Executivo e liderança política nacional, recebeu para si, em unidade de desígnios e por intermédio de Rodrigo Santos da Rocha Loures, vantagem indevida de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ofertada por Joesley Mendonça Batista, presidente da sociedade empresária J&F Investimentos S.A., cujo pagamento foi realizado pelo executivo da J&F Ricardo Saud".

"Além do efetivo recebimento do montante espúrio mencionado, Michel Temer e Rodrigo Loures, em comu-

nhão de esforços e unidade de desígnios, com vontade livre e consciente, ainda aceitaram a promessa de vantagem indevida no montante de R\$ 38 milhões", diz o procurador-geral na denúncia.

Rodrigo Rocha Loures, ex-deputado e ex-assessor especial de Temer, também foi denunciado sob a mesma acusação, em investigação decorrente das delações da JBS. Loures foi flagrado recebendo uma mala com R\$ 500 mil de um executivo da JBS. Segundo a investigação, o dinheiro era parte de propina destinada a Temer.

A expectativa era de que a denúncia fosse oferecida ao ministro do STF Edson Fachin, relator do caso, no máximo até esta terça (27). Fachin determinara que fossem cumpridos os prazos previstos no Código de Processo Penal para investigações com réu preso - de dez dias para a conclusão do inquérito policial e mais cinco para a apresentação da denúncia.

AVAL DA CÂMARA

A partir de agora, Fachin deve decidir quando enviará a denúncia à Câmara dos Deputados, que precisa dar o aval para o Supremo decidir se abre ou não um processo contra o presidente. Para a autorização ser aprovada, são necessários os votos de pelo menos 342 deputados.

Se a ação penal for aberta, Temer se transforma em réu no Supremo, podendo então ser condenado ou absolvido ao seu final.

Loures está preso em Brasília desde o último dia 3. Após pedido de prorrogação do prazo, a Polícia Federal concluiu na semana passada a parte do inquérito relativa às suspeitas de corrupção passiva.

O ex-assessor especial da Presidência é homem de confiança de Temer, segundo o procurador-geral, e foi indicado pelo próprio presidente para tratar de assuntos de interesse da JBS junto ao governo.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

27 JUN 2017

Um dos assuntos era um processo no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão vinculado ao Executivo, que tratava de compra de gás da Petrobras por uma empresa produtora de energia pertencente ao grupo J&F, que controla a JBS.

Segundo a PF, Loures ligou em abril para o presidente do Cade para tentar resolver o problema de Joesley, e deixou claro ao telefone que aquela era uma pendência do Planalto. Depois, "à margem da tramitação no Cade", de acordo com a PF, a empresa produtora de energia da J&F fechou um contrato mais vantajoso para comprar gás da Petrobras.

A parcela de R\$ 500 mil entregue a Loures tinha a ver com essa atuação, acordada com Temer, segundo a investigação.

Na sexta (23), a PF concluiu a perícia em uma gravação feita por um dos donos da JBS, Joesley Batista, com o presidente, na noite de 7 de março no Palácio do Jaburu. A perícia afirmou que não houve edições no áudio, como alegava a defesa de Temer.

O resultado da perícia era considerado importante para a investigação de outros dois supostos crimes cometidos pelo presidente: a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso em Curitiba, e a falta de atitude ao ouvir Joesley relatar seus crimes - como o de que teria comprado juízes e procuradores.

27 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

**'Nada nos
destruirá,' diz
peemedebista**

Gustavo Uribe e
Maeli Prado

Folhapress

Brasília - Em uma semana decisiva para sua sobrevivência no cargo, o presidente Michel Temer fez um discurso forte e cheio de recados, ressaltando que nada o destruirá. Para uma plateia de empresários e comerciantes, disse que "não há plano B" no país e que é necessário seguir adiante. "Ninguém duvide, nossa agenda de modernização do Brasil é a mais ambiciosa de muito tempo. Tem sido implementada com disciplina e com sentido de missão. Não há plano B. Há de seguir adiante. Nada nos destruirá. Nem a mim, nem aos nossos ministros", disse. Temer cometeu uma gafe ao relatar sua viagem à Europa e se referiu aos empresários da Rússia como "soviéticos".



27 JUN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Calculadora de prazos inclui calendários do STJ e do TST

A ferramenta Calculadora de Prazos anunciou uma nova funcionalidade em sua versão web: a partir de agora, os calendários do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho também podem ser usados pelo aplicativo desenvolvido pela LegalCloud.

Antes disso, a ferramenta passou a contabilizar também feriados municipais de 12 capitais. Por meio da plataforma é possível simular prazos no Código de Processo Civil de 2015, com base nas legislações trabalhista e penal e para juizados especiais.

Faculdade deve indenizar em R\$ 46 mil aluna agredida em trote

O valor de indenização por dano moral só pode ser revisto quando é irrisório ou exorbitante. Assim entendeu o ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, ao manter decisão que condenou uma instituição de ensino de São Paulo a indenizar uma estudante

vítima de agressão em trote, que chegou a desmaiar na “cerimônia”.

A indenização por danos morais foi fixada em 50 salários mínimos, equivalente a R\$ 46,8 mil. Na avaliação do ministro, a quantia “não se mostra dissonante dos parâmetros deste tribunal superior”.

27 JUN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Declarações de Palocci sobre possível delação soaram mais como ameaça, diz Moro

O juiz federal Sérgio Moro não levou a sério a manifestação do ex-ministro Antonio Palocci de que estaria disposto a colaborar com a Operação Lava Jato. Em declaração no dia 20 de abril, Palocci disse que era inocente e que teria “nomes, endereços e operações realizadas” que poderiam render “mais um ano de trabalho” à força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF).

Na sentença publicada ontem em que condena Palocci a mais de 12 anos de prisão, Moro recuperou o assunto. Segundo o juiz, as declarações do ex-ministro “soaram mais como uma ameaça para que terceiros o auxiliem indevidamente para a revogação da preventiva, do que propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça”.

A responsabilidade de guarda de cartão e senha pessoal de banco é do cliente

Não há como se imputar à Caixa Econômica Federal (CEF) a responsabilidade nas situações de falha, pelo cliente, do dever de guarda de seu cartão magnético e senha pessoal. Com este entendimento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)

negou recurso, na última semana, a um poupador de Sapucaia do Sul (RS) que pedia a devolução de quantia sacada e debitada de sua conta poupança.

O homem tinha uma conta poupança junto ao banco e realizava depósitos mensais.

Câmara Municipal deve exonerar servidores que ocupam cargos irregulares

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Campina da Lagoa, no Centro-Ocidental paranaense, expediu recomendação administrativa à Câmara de Vereadores do muni-

cípio para que promova a adequação de cargos comissionados considerados irregulares. A orientação do MPPR é de que sejam exonerados os servidores comissionados ocupantes dos referidos cargos.

27 JUN 2017

BEMPARANÁ

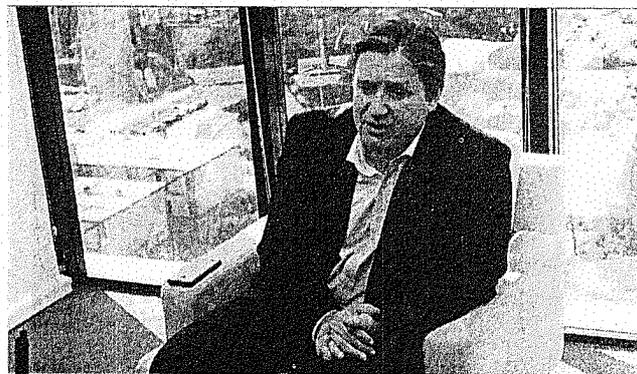
Procurador acusa Temer de corrupção

Presidente usou ex-deputado Rocha Loures para receber propina, diz Janot

Em despacho encaminhado com o objetivo de reforçar a necessidade de prisão do ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já adiantou uma constatação que deverá constar da denúncia que deve apresentar hoje contra o presidente da República, Michel Temer (PMDB), e Loures - o ex-assessor especial da Presidência que está preso dentro da mesma investigação. Janot diz que, sem dúvida, Temer praticou o crime de corrupção.

Loures era assessor direto de Temer até março deste ano, quando assumiu vaga de deputado federal após a nomeação do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) como ministro da Justiça. O peemedebista foi preso no início do mês, depois de ser filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil em propina de um executivo da JBS, em uma pizzaria em São Paulo. Segundo os delatores da JBS, o dinheiro seria parte do pagamento destinado a Temer em troca da defesa de interesses do grupo junto ao governo.

"Rodrigo Loures representa os interesses de Michel em todas as ocasiões em que es-



Rocha Loures (PMDB): despacho implica presidente

teve com representantes do Grupo J&F. Através dele, Temer operacionaliza o recebimento de vantagens indevidas em troca de favores com a coisa pública. Note-se que, em vários momentos dos diálogos travados com Rodrigo Loures, este deixa claro sua relação com Michel Temer, a quem submete as demandas que lhes são feitas por Joesley Batista e Ricardo Saud, não havendo ressaibo de dúvida da autoria de Temer no crime de corrupção", afirmou Janot.

Outra conclusão de Janot é que "revela-se hialina cristalina a atuação conjunta dos investigados Rodrigo Rocha Loures e Michel Temer". "Conforme se depreende do contexto fático-probatório, os diversos episódios narrados

alhores apontam para o desdobramento criminoso que se iniciou no encontro entre Michel Temer e Joesley Batista no Palácio do Jaburu no dia 7 de março de 2017 e culminou na entrega de R\$ 500 mil efetuada por Ricardo Saud a Rodrigo Loures em 28 de abril de 2017", afirmou Janot.

O procurador-geral da República ressalta que o encontro no Jaburu foi agendado por Loures e que o fato de ser no fim da noite era para "não deixar vestígios dos atos criminosos lá praticados". "As circunstâncias deste encontro, em horário noturno e sem qualquer registro na agenda oficial do presidente da República, revelam o propósito de não deixar vestígios dos atos criminosos lá praticados".

AGENDA

Temer

Em uma tentativa de agenda positiva na semana em que deve ser denunciado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente Michel Temer deu um recado durante cerimônia no Palácio do Planalto e afirmou que seu governo está "na rota da superação e nada o destruirá". "O Brasil esta nos trilhos, na rota da superação. Ninguém duvide, nossa agenda de modernização do Brasil é a mais ambiciosa de muito tempo. Tem sido implementada com disciplina, tenacidade, com sentido de missão. Não há plano B. Há de seguir adiante. Nada nos destruirá. Nem a mim, nem aos nossos ministros", afirmou o presidente durante discurso.

Franklin de Freitas

27 JUN 2017

BEMPARANÁ

Avião com cocaína envolve ministro

A Força Aérea Brasileira (FAB) afirmou por meio de nota que o avião interceptado com 500 Kg de cocaína no domingo, decolou da Fazenda Itamarati Norte, no município de Campo Novo do Parecis (MT). A Itamarati Norte pertence ao Grupo Amaggi, empresa da família do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, segundo informações publicadas no site do grupo. A informação sobre a interceptação da aeronave foi veiculada pelo site *MidiaNews*, de Mato Grosso.

Segundo a FAB, o avião bimotor, matrícula PT-IIIJ, decolou da Fazenda Itamarati Norte com destino a Santo Antonio Leverger (MT). Quando a informação chegou à imprensa, a assessoria de imprensa do ministro afirmou que divulgaria uma nota sobre o assunto na sequência.

A interceptação da aeronave se deu na Operação Ostium. A investigação é coordenada pelo Comando de Operações Aeroespaciais (Comae), da Aeronáutica, em conjunto com a Polícia Federal e outros órgãos de segurança e mira voos irregulares que possam estar ligados a crimes como o narcotráfico. O avião decolou da Fazenda Itamarati Norte, no município de Campo Novo do Parecis (MT) com destino a Santo Antonio Leverger (MT).

Moro condena Palocci a 12 anos

Ao condenar Antonio Palocci a 12 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o juiz Sérgio Moro decidiu que o ex-ministro dos Governos Lula e Dilma (Fazenda e Casa Civil) deve continuar na prisão. Moro atribuiu a Palocci prática serial de crimes. Ele foi preso em setembro de 2016 na Operação Omertà, desdobramento da Lava Jato.

Moro anotou na sentença que o Supremo Tribunal Federal já rejeitou liminar em habeas corpus do ex-ministro. "Com a prolação da sentença, reforçam-se os pressupostos da preventiva", destacou o juiz. "Não há mais somente boa prova de autoria e materialidade da prática de um crime. Há agora certeza, ainda que sujeita a eventual revisão em recursos."

"Pelo que se depreende das decisões das instâncias recursais, a prisão está consentânea com os entendimentos das Cortes revisoras e superiores", registra o magistrado. "A prática serial de crimes graves, com afetação da integridade de pleitos eleitorais no Brasil e no estrangeiro, coloca em risco a ordem pública e constitui elemento suficiente para justificar a manutenção da preventiva", assinala o juiz federal Sérgio Moro.

27 JUN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Janot denuncia Temer por corrupção passiva

Procurador apresentou acusações contra o presidente



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ontem (26) o presidente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de corrupção passiva. A acusação está baseada nas investigações iniciadas a partir do acordo de delação premiada da JBS. O áudio da conversa gravada pelo empresário Joesley Batista, um dos donos da empresa, com o presidente, em março, no Palácio do Jaburu, também é uma das provas usadas no processo. Procurado pela reportagem, o Palácio do Planalto ainda não se manifestou sobre a denúncia.

O ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) também foi denunciado pelo procurador pelo mesmo crime. Loures foi preso no dia 3 de junho por determinação do ministro Edson Fachin. Em abril, Loures foi flagrado recebendo uma mala contendo R\$ 500 mil, que teria sido enviada pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS. ■

Temer e Rocha Loures foram denunciados pelas gravações de Joesley

27 JUN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

MPF pedirá aumento de pena para Palocci

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) anunciou que vai recorrer da sentença publicada hoje (26) pelo juiz Sérgio Moro, que condenou o ex-ministro **Antonio Palocci (foto)** a mais de 12 anos de prisão. Segundo nota emitida no fim da tarde, os procuradores já trabalham no recurso que será enviado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O MPF pedirá o aumento da pena de Palocci e do ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, que também foi condenado no mesmo processo. A força-tarefa também vai questionar a absolvição de Branislav Kontic, assistente do ex-ministro, e o benefício concedido por Moro ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque que, segundo a sentença, poderá sair da prisão após cinco anos de reclusão. ■

Aécio será julgado em agosto

O gabinete do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, informou nesta segunda-feira (26) que o pedido de prisão do senador afastado **Aécio Neves**

(PSDB-MG) e o recurso dele contra o afastamento do mandato só serão julgados em agosto, após o recesso do Judiciário.

O pedido de prisão de Aécio

Neves, que é relatado por Marco Aurélio, foi feito ao Supremo pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O gabinete explicou que o processo está com Janot, que precisa opinar sobre o pedido de Aécio para que o plenário, composto pelos 11 ministros da Corte, decidam sobre a prisão e o afastamento. ●

TRIBUNA DO PARANÁ

CONDENADO

O juiz federal Sérgio Moro, dos processos em primeira instância da Operação Lava Jato em Curitiba, afirmou que as declarações do ex-ministro Antonio Palocci de que ele "teria muito a contribuir" com as investigações "soaram mais como uma ameaça", do que "propriamente como uma declaração sincera de que pretendia naquele momento colaborar com a Justiça". Moro condenou ontem Palocci a 12 anos, 2 meses e 20 dias pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Lava Jato.

NA MIRA

A Polícia Federal concluiu que o presidente da República, Michel Temer (PMDB), cometeu o crime de obstrução de investigação de organização criminosa, em relatório encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem no qual também vê a mesma conduta criminosa do ex-ministro do governo Temer Geddel Vieira Lima e do empresário e delator Joesley Batista. O crime está previsto na Lei das Organizações Criminosas, de 2013. A pena para esse crime é reclusão, de 3 a 8 anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

TJ-PR mantém liminar que proíbe transferência de recursos do Instituto de Previdência de Curitiba

Medida é uma das que integram pacote enviado pelo prefeito Rafael Greca (PMN) à Câmara de Vereadores.

Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu nesta segunda-feira (26) manter a liminar que impede a prefeitura de transferir recursos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) para os cofres da administração municipal. A medida está prevista no pacote de ajuste fiscal anunciado pela prefeitura e que tem sido alvo de protesto por parte dos funcionários públicos municipais.

A decisão do desembargador Renato Braga Bettega impede que a prefeitura retire do IPMC cerca de R\$ 600 milhões. Ainda cabe recurso.

Parte dos projetos de lei que integram o pacote de ajuste fiscal foi aprovado em primeira votação pelos vereadores na manhã desta segunda-feira, mediante novas manifestações. A sessão ocorreu na Ópera de Arame, após os protestos que haviam deixado quatro feridos na terça-feira (20), quando os parlamentares tentaram analisar os projetos na Câmara Municipal.

Os projetos aprovados tratam da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal do município, a renegociação de dívidas da prefeitura com credores, o congelamento do plano de carreira dos servidores e cria mudanças no sistema previdenciário municipal

O novo local foi sugerido pelo secretário de Segurança Pública do Paraná, Wagner Mesquita, durante reunião com a Mesa Executiva da Câmara e representantes de sindicatos de servidores públicos.

CONTINUA

Mas a mudança não impediu que a situação das manifestações pudesse ser controlada. Ao contrário, nesta segunda-feira, as manifestações deixaram pelo menos 26 feridos, de acordo com a Polícia Militar. Apesar do protesto, desta vez não houve invasão e os quatro projetos analisados foram todos aprovados.

A segunda votação deve ocorrer nesta terça-feira (27), também na Ópera de Arame. A sessão está marcada para começar às 9h. Com ampla maioria na Câmara, os projetos do prefeito Rafael Greca (PMN) devem ser novamente aprovados, sem grande dificuldade. Só então, os textos seguem para a sanção do prefeito.

Outros projetos

O pacote de ajuste fiscal prevê, ao todo, 12 medidas. Segundo a prefeitura, essas medidas são necessárias para garantir a solvência das contas públicas durante a crise econômica pela qual o país passa. Greca afirma que, sem elas, é impossível garantir, por exemplo, que o pagamento dos servidores municipais siga em dia.

Veja os assuntos abordados no Plano de Recuperação proposto pela Prefeitura de Curitiba:

1. Alteração na contribuição dos servidores no Instituto de Previdência do Município de Curitiba (IPMC)
2. Criação de um regime de previdência complementar, com fixação de um limite para pagamento de aposentadorias e pensões que corresponde ao valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social (teto do INSS);
3. Leilão de dívidas públicas acima de R\$ 200 mil;
4. Criação do "Domicílio Eletrônico do Contribuinte" - uma espécie de certificação digital para o cidadão se relacionar com o Executivo;
5. Criação de um "Cadastro Informativo Municipal" (Cadin Municipal) para identificar quem deve dinheiro ao Executivo;

CONTINUAÇÃO G1 Paraná 27 JUN 2017

6. Alterações no Programa "Boa Nota Fiscal", que será chamado de "Nota Curitibana" e passaria a premiar, em sorteios, o tomador de serviços e as empresas que utilizam a NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica);
7. Desvinculação da taxa de coleta de lixo ao IPTU;
8. Mudanças no ITBI com aumento da alíquota transmissão de bens imobiliários de 2,4% para 2,7% para imóveis financiados até R\$ 300 mil;
9. Alteração de alíquotas cobradas pelo município;
10. Mudanças no plano de carreira e na data-base dos servidores municipais;
11. Criação da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal;
12. Estabelecimento de uma nova meta fiscal - a proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e admite um déficit orçamentário em 2017 de R\$ 2,1 bilhões.